

SOPASTA S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ Nº 06.352.069/0001-08

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COM O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Declaramos, na qualidade de diretores da Companhia, que concordamos com o conjunto das Demonstrações Financeiras, assim como com as opiniões expressas no relatório referente às Demonstrações do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Em 2024 o faturamento líquido da companhia apresentou uma redução de 2%, devido ao cenário de mercado de papel e embalagens. O custo dos produtos vendidos apresentou uma redução de 2%, ocasionado principalmente pelo mix de produtos vendidos. O lucro do exercício foi de R\$ 53 milhões. Em relação a headcount se manteve em 355. Tangará, 07 de abril de 2025.

Nelson Harasawa - Acionista / Diretor Presidente

Andrea Thomazoni - Diretora Administrativa

Balanco patrimonial para os exercicios findos em (Valores expressos em reais)

		31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		298.073.627,73	256.328.271,68	PASSIVO		298.073.627,73	256.328.271,68
ATIVO CIRCULANTE		201.003.582,68	170.009.303,79	PASSIVO CIRCULANTE		46.944.336,76	44.039.235,35
Caixa e equivalentes de caixa	4	103.937.157,86	91.983.244,48	Fornecedores	10	34.679.413,40	30.078.621,30
Contas a receber de clientes	5	53.330.019,20	48.707.246,88	Instituições financeiras	10	1.120.740,51	2.270.315,05
Estoques	6	26.539.954,80	21.195.989,76	Obrigações sociais e trabalhistas	11	4.575.181,70	4.471.683,26
Impostos a recuperar		1.481.013,91	2.200.503,37	Obrigações tributárias		3.644.719,68	2.554.470,47
Outros créditos	7	15.715.436,91	5.922.319,30	Adiantamentos de clientes	12	74.744,89	1.877.759,87
				Outras obrigações		2.849.935,56	2.786.385,40
ATIVO NÃO CIRCULANTE		97.070.045,05	86.318.967,89	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		15.576.246,58	16.333.063,43
Impostos a recuperar		1.508.523,55	1.226.017,17	Instituições financeiras	20	952.534,03	2.073.274,44
Créditos fiscais - diferenças temporárias		735.342,64	23.500,79	Impostos diferidos	10	6.173.712,55	6.609.788,99
Depósitos judiciais		1.372.623,88	1.372.623,88	Débitos com pessoas ligadas	13	8.450.000,00	7.650.000,00
Investimentos		233.954,76	216.884,15	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		235.553.044,39	195.955.972,90
Imobilizado	8	91.448.037,69	80.285.276,62	Capital social	14.a	130.000.000,00	100.000.000,00
Intangível		7.944,60	21.219,26	Reservas de capital	14.b	11.984.265,71	12.830.766,99
Ativos biológicos	9	1.763.617,93	3.173.446,02	Reservas de lucros	14.c	93.568.778,68	83.125.205,91

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercicios findos em (Valores expressos em reais)

		Reserva de Capital	Reserva de Lucro	Resultado Acumulado	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2023		60.000.000,00	95.407.536,83	0,00	168.245.960,33
Lucro líquido do exercício				40.015.593,28	40.015.593,28
Destinação aumento capital social cfe. AGOE 19.04.2023		40.000.000,00	(40.000.000,00)		
Reserva reavaliação bens imobilizado			(7.656,51)	(7.656,51)	
Destinações propostas				3.702.075,80	3.702.075,80
Reserva legal		1.550.779,66	(1.550.779,66)		
Dividendos				(7.000.000,00)	
Juros sobre o capital próprio				(9.000.000,00)	
Reserva para aumento de capital		20.000.000,00	(20.000.000,00)		
Reserva de investimentos		7.700.000,00	(7.700.000,00)		
Reserva de lucros		5.466.889,42	(5.466.889,42)		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		100.000.000,00	83.125.205,91	0,00	195.955.972,90
Lucro líquido do exercício				52.738.291,88	52.738.291,88
Destinação aumento capital social cfe. AGOE 23.04.2024		30.000.000,00	(30.000.000,00)		
Reserva reavaliação bens imobilizado			(846.501,28)	(846.501,28)	
Destinações propostas				1.405.280,89	1.405.280,89
Reserva legal		2.336.914,59	(2.336.914,59)		
Dividendos				(7.700.000,00)	
Juros sobre o capital próprio				(6.000.000,00)	
Reserva para aumento de capital		30.000.000,00	(30.000.000,00)		
Reserva de investimentos		11.000.000,00	(11.000.000,00)		
Reserva de lucros		4.806.658,18	(4.806.658,18)		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		130.000.000,00	93.568.778,68	11.984.265,71	235.553.044,39

Notas Explicativas (Em reais, exceto quando indicado do de outra forma)

1 Informações gerais
1.1 Contexto operacional - A Sopasta é uma sociedade anônima, de capital fechado, 100% nacional, situada em Tangará/SC, que atua no mercado papelero desde 1952, tem como foco principal a produção de embalagens de papelão ondulado, além de papel semi-kraft em bobinas, chapas e acessórios de papelão ondulado. Utiliza em sua linha de produção matéria-prima reciclada e biodegradável. Sua área de atuação concentra-se principalmente no atendimento a clientes dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Pensando no futuro e dedicada a evoluir respeitando e preservando o meio ambiente, a Sopasta mantém seus próprios reflorestamentos que, juntamente com as estações de tratamento de água, fazem parte do programa de preservação ambiental mantido pela Companhia. A Administração avaliou a capacidade da Sopasta continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Atualmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 17 de abril de 2025.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.
2.1 Base de preparação - As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente as, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas pressões e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.
2.2 Conversão de moeda estrangeira funcional para a moeda de apresentação - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.
(b) Operações e saldos - As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício, são reconhecidos na demonstração do resultado, em rubrica de receitas e despesas financeiras.
2.3 Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo até alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). O saldo apresentado na demonstração do fluxo de caixa está líquido do saldo de contas garantidas. Para fins de apresentação, as contas garantidas estão demonstradas no balanço patrimonial na rubrica "Empréstimos, no passivo circulante".
2.4 Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de realização duvidosa. A provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.
2.5 Estoques - Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matéria-prima, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado do exercício.
2.6 Ativos biológicos - Ativos biológicos compreendem florestas de pinus e eucalipto mantidos para comercialização. Estão registrados pelo custo histórico, adicionado de reavaliação, mencionada na NE 14 (b), deduzidos da sua exaustão, a qual é registrada em função da extração das florestas.
2.7 Imobilizado - Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer provisão para perda por valor não recuperável de ativo acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração excluindo custos de financiamento. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcione aumento dos benefícios econômicos futuros sendo baixado o valor contábil das peças substituídas. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas que levam em consideração a estimativa de vida útil econômica admitida para fins tributários, fixadas por espécie de bem. As estimativas de vidas úteis estão demonstradas conforme segue:

• Barragens e Canal 25 anos

• Edificações 25 anos

• Máquinas e equipamentos 10 anos

• Veículos 5 anos

• Equipamentos de informática 5 anos

• Móveis e utensílios 10 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas", líquidos na demonstração do resultado.

2.8 Ativos intangíveis - (a) Licenças de softwares - As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos. **2.9 Empréstimos** - Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são registrados em despesas financeiras. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.10 Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado tendo como referência o método de taxa de juros efetiva. **2.11 Provisões** - As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, por meio de aplicação de uma taxa de desconto acrescida dos efeitos de impostos sobre o lucro, que reflete as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é contabilizado como despesa financeira. **2.12 Reconhecimento da receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos, conforme descrição a seguir: **(a) Venda de produtos** - As vendas são reconhecidas no momento da transferência dos riscos e benefícios econômicos dos produtos para o comprador. **(b) Receita financeira** - A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social corrente e diferidos são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro ou créditos fiscais não utilizados anteriormente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras, ou seu valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado igualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro. **2.14 Incentivos fiscais** - Os incentivos fiscais são reconhecidos no resultado pelo valor justo quando há segurança razoável de que o benefício será recebido e quando a Companhia tiver cumprido todas as condições estabelecidas para tal. Os incentivos recebidos são registrados no resultado de acordo com o benefício econômico proporcionado pelo incentivo fiscal. **2.15 Distribuição de dividendos** - A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição, pela administração, do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto da Companhia. **2.16 Representação das cifras comparativas** - A Companhia obteve recuperação do débito de IRPJ e CSLL sobre juros SELIC auferidos na repetição de indébito tributário, cujo direito foi reconhecido no Mandado de Segurança nº 5002695-4/5.2019.4.04.7203 e habilitado perante a RFB em 28/05/2024, conforme processo 10900.723350.2024-96.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas a seguir: **(a) Redução ao valor recuperável de contas a receber** - A provisão para redução ao valor recuperável destes créditos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável, e de acordo com o estágio de cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com o histórico ou sua totalidade. **(b) Contratos onerosos** - Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para o término essas estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão. **(c) Reconhecimento do imposto de renda diferido ativo** - A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o seu saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio efetuadas pela administração. **(d) Imposto de renda, contribuição social e outros tributos** - A Companhia está sujeita ao imposto de renda e considera necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre o lucro, o que pode tornar a determinação final do imposto incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos

Demonstrativo do resultado para os exercicios findos em (Valores expressos em reais)

		NE	31/12/2024	31/12/2023
(=) Receita Líquida de Vendas	15	301.885.209,99	306.775.647,42	
(-) Custo de produtos vendidos	16	(198.617.613,53)	(202.239.884,90)	
(=) Lucro Bruto		103.267.596,46	104.535.762,52	
(-) Despesas Operacionais		(42.493.181,00)	(60.502.947,81)	
Despesas com vendas	16	(34.485.330,56)	(34.041.678,02)	
Despesas administrativas	16	(15.357.759,34)	(21.025.389,65)	
Despesas tributárias		(935.254,73)	(681.923,77)	
Outras receitas / despesas operacionais	17	8.285.163,63	(4.753.956,37)	
(=) Resultado Operacional		60.774.415,46	44.032.814,71	
(+/-) Resultado financeiro		8.723.510,40	8.716.758,86	
Receitas financeiras	19	12.754.302,86	8.746.247,84	
Despesas financeiras	19	(4.030.792,46)	(1.729.488,98)	
(=) Resultado antes dos Impostos		69.497.925,86	51.049.573,57	
(+/-) IR e CSLL	21	(16.759.633,98)	(11.033.980,29)	
(=) Resultado Líquido do Exercício	22	52.738.291,88	40.015.593,28	
Lucro por ação - R\$		0,41	0,40	

Demonstração do fluxo de caixa (método indireto) para os exercicios findos em (Valores expressos em reais)

		31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa Proveniente das Operações:			
Resultado líquido do exercício		52.738.291,88	40.015.593,28
Itens que não afetam o caixa:			
(+) Depreciação, amortização e exaustão		(2.400.445,24)	1.090.617,27
(+) Resultado na alienação e baixas do ativo permanente		454.494,85	2.840,86
(-) Imposto de renda e contribuição social diferidos		(436.076,44)	(3.944,27)
(-) Provisão pl/ contingências trabalhistas e rescisão representativas comerciais		(2.154.092,21)	(638.374,27)
Total		48.202.172,84	40.466.732,87
Aumento (redução) de ativos e passivos:			
Contas a receber		(4.622.772,32)	(769.925,61)
Estoques		(5.343.965,04)	13.952.271,52
Impostos a recuperar		(274.858,77)	7.052.825,43
Outros ativos		(9.810.188,22)	2.307.027,32
Fornecedores		4.600.792,10	(1.533.048,85)
Obrigações sociais e trabalhistas		141.716,54	(128.690,00)
Obrigações tributárias		1.090.249,21	(4.210.731,11)
Outras contas a pagar		(1.958.049,55)	2.612.460,50
Total		(16.177.076,05)	59.282.189,20
(=) Caixa líquido gerado das atividades operacionais		32.025.096,79	19.478.922,07
Atividades de investimentos:			
Aquisições de imobilizado		(11.835.868,47)	(10.550.033,25)
Recebimento com alienação de ativos		35.000,00	145.000,00
(=) Atividades de investimentos		(11.800.868,47)	(10.405.033,25)
Atividades de financiamentos:			
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		(12.000.000,00)	(15.275.000,00)
Empréstimos captados		6.000.000,00	9.000.000,00
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(2.270.314,94)	(3.572.189,59)
(=) Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos		(8.270.314,94)	(9.847.189,59)
(=) Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		11.953.913,38	39.496.699,23
Varição em caixa e equivalente de caixa			
- Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício		91.983.244,48	52.486.545,25
- Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício		103.937.157,86	91.983.244,48
(=) Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		11.953.913,38	39.496.699,23

sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **(c) Provisão para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas** - Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisdição disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

		31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta corrente		421.584,37	51.706,13
Bancos conta corrente		-	1,87
Aplicações financeiras (a)		103.483.012,27	91.905.372,44
Caixa		32.559,35	26.164,12
Total			

	31/12/2024	31/12/2023
Valor da reavaliação	1.604.434,71	2.887.012,35
(-) Impostos diferidos calculados s/ valor reavaliação	(545.507,78)	(981.584,14)
(=) Valor reserva reavaliação líquida tributos diferidos	1.058.926,93	1.905.428,21
(ii) Ajustes de avaliação patrimonial - A Companhia realizou reavaliações dos terrenos em 2006 e 2013. Esta conta apresenta os saldos desta reavaliação que não foram realizados, que se compõe pelos seguintes valores:		
Valor do ajuste de avaliação patrimonial	16.468.211,87	16.468.211,87
(-) Impostos diferidos calculados s/ valor do ajuste	(5.599.192,04)	(5.599.192,04)
(=) Valor ajuste avaliação patrimonial líquido tributos diferidos	10.869.019,83	10.869.019,83

(c) Reserva de lucros - Representam os lucros da Companhia, acumulados até 31 de dezembro de 2024, que não tiveram nenhuma distribuição determinada pela diretoria até a data do Balanço. Referem-se também a reservas para futuros investimentos e são efetuados por força de disposições de seu estatuto social. A formação das reservas segue o que preconiza a legislação, sendo seu saldo assim composto:

	31/12/2024	31/12/2023
Reserva legal	9.924.851,35	7.587.936,76
Reserva para aumento de capital	38.070.934,86	32.604.045,44
Reserva de investimentos	29.766.334,29	29.766.334,29
Reserva de lucros	15.806.658,18	13.166.889,42
Total	93.568.776,68	83.125.051,91

(d) Dividendo mínimo obrigatório - Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia, de 25% do lucro líquido ajustado da Companhia. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas.

20 Receitas de vendas de produtos e serviços
A composição das receitas é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Análise de receita por categoria		
Receita bruta de vendas	378.500.534,88	380.571.380,23
Impostos incidentes sobre vendas	(85.068.618,48)	(84.138.195,87)
Incentivos fiscais recebidos (Nota 2.15)	10.991.165,22	12.784.315,96
Devoluções sobre Vendas	(2.537.871,63)	(2.441.852,90)
Total	301.885.209,99	306.775.647,42

	31/12/2024	31/12/2023
21 Custo dos produtos vendidos e Despesas operacionais		
Custo dos Produtos Vendidos	(198.617.613,53)	(202.239.884,90)
Insumo	(152.706.071,85)	(157.667.431,65)
Mão de obra (i)	(27.049.376,30)	(23.245.586,37)
Energia Elétrica	(12.332.046,79)	(13.815.728,86)
Depreciação	(4.210.920,57)	(4.237.860,16)
Outros	(2.319.198,02)	(3.273.277,86)
Despesas Administrativas	(15.357.759,34)	(21.025.389,65)
Despesas com pessoal (i)	(7.136.115,29)	(10.508.499,73)
Serviços contratados	(6.224.397,69)	(5.066.553,91)
Matérias diversos	(338.459,10)	(3.667.872,14)
Depreciação	(663.546,11)	(870.890,19)
Outras	(995.241,15)	(911.573,68)
Despesas com Vendas	(34.485.330,56)	(34.041.678,02)
Frete	(24.333.346,71)	(23.678.992,63)
Comissões	(9.633.675,73)	(10.064.411,02)
Outros	(518.308,12)	(298.274,37)

(i) Referem-se substancialmente à contratação aproximadamente 314 colaboradores para linhas de produção e 41 administrativo.
22 Outros ganhos/perdas), líquidos
Os seguintes itens estão incluídos em "Outros ganhos (perdas), líquidos":

	31/12/2024	31/12/2023
Recuperações de Impostos e Outras Receitas	5.437.011,24	455.024,37
Receita de Venda de Outras Mercadorias	4.621.574,78	1.377.897,20
Outros Ganhos Operacionais	(30.931,69)	475.281,41
Contribuição FUMDES	(228.085,84)	(258.067,03)
Contribuição Fundo Social	(272.899,46)	(322.583,79)
Despesas com Inventários	(955.805,78)	(6.180.650,49)
Outras Perdas Operacionais	(285.699,62)	(300.858,04)
Total outros ganhos / perdas	8.285.163,63	(4.753.956,37)

	31/12/2024	31/12/2023
23 Receitas e despesas financeiras		
Receitas Financeiras	12.754.302,86	8.746.247,84
Rendimentos sobre Aplicações Financeiras	10.402.206,11	8.252.339,33
SELIC	1.978.436,74	207.587,39
Outros	373.660,01	286.321,12
Despesas Financeiras	(3.668.081,80)	(1.729.488,98)
Juros e Multas sobre Financiamentos	(402.999,63)	(983.285,58)
Perdas no Recebimento de Créditos	(3.412.949,24)	(465.306,38)
Descontos Concedidos	(33.488,26)	(109.634,41)
Outros	181.355,33	(171.262,61)
Total de Receitas e Despesas Financeiras	9.086.221,06	7.016.758,86

24 Resultado Líquido do Exercício
O resultado líquido da Companhia está demonstrado com a reversão dos Juros sobre Capital Próprio, conforme ICPC 8 o valor foi estornado do DRE para fins de publicação. Sem o estorno o resultado seria conforme demonstrado na tabela a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro após o estorno dos Juros sobre Capital Próprio	52.738.291,88	40.015.593,28
Juros Capital Próprio Apropriado no período	6.000.000,00	9.000.000,00
Lucro antes do estorno dos Juros sobre Capital Próprio	46.738.291,88	31.015.593,28

DIRETORIA	
Nelson Harasawa Acionista / Diretor Presidente	Andrea Thomazini Diretora Administrativa
TÉCNICO	
Daniela Zancanaro Duquesne Contadora CRC-SC-0432711/0-9	Celso Junior Alves Machado Supervisor Controlador-O CRC-SC-046778/0-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Aos
Sócios e administradores da SOPASTA S.A. Indústria e Comércio, Tangará - SC
Opinião com ressalva sobre as Demonstrações Financeiras
Examinamos as Demonstrações Financeiras da SOPASTA S.A. Indústria e Comércio. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam

adequação em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOPASTA S.A. - Indústria e Comércio ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com ressalva Vidas Úteis dos Bens
Para o reconhecimento e mensuração dos componentes do ativo imobilizado, a administração adota as mesmas taxas fiscais definidas e permitidas pela legislação fiscal, diferente dos critérios estabelecidos nas normas internacionais, os quais levam em consideração a vida útil dos ativos. Consequentemente, não foi possível determinar os impactos desta revisão no ativo imobilizado e no resultado do exercício findo nessa data.

Ativos biológicos
A Companhia mantém ativos biológicos registrados pelo custo histórico, conforme mencionado na NE 2.6, em desacordo com as regras estabelecidas no CPC 29 - Ativo Biológico e Produtos agrícolas (IAS 41). Não foi possível determinar os efeitos nas Demonstrações Financeiras.

Provisão para rescisão de contratos com representantes comerciais
A Companhia comercializa através de representantes comerciais, para os quais não há a provisão para os custos rescisórios. A estimativa calculada pela empresa, utilizando metodologia própria, é de R\$ 9.658.525,50 para a saída provável de recursos, portanto o montante que os passivos circulante e não circulante estão superavaliados, assim como o patrimônio líquido e resultante estão superavaliados. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as Demonstrações Financeiras.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras, a não ser que a administração

pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações, e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 07 de abril de 2025
João Henrique Sperling Lubisco
Contador CRCRS N° 067188/SC
Rafael Ferrari
Contador CRCRS N° 065901/SC

Crowe Consult Auditores e Consultores Associados
CRC SC-009034